

## Painel 5 - Práticas Internacionais e Mineração Responsável, *Due Diligence*

**Moderadora – Dione Macedo, Geologia Responsável**

Nós sabemos que o setor mineral está vivendo um momento que a legitimidade e a confiança pública são tão valiosas quanto o próprio recurso mineral. E a rastreabilidade já foi discutida bastante anteriormente, a transparência e as práticas responsáveis nos mecanismos *due diligence* não são apenas exigências regulatórias ou de mercado, eles são fatores determinantes para a sustentabilidade desse setor.

---

**Andrew Naylor – Diretor de Política, Conselho Mundial do Ouro**

Quando estávamos planejando esta sessão pela primeira vez, havia a intenção de ter uma apresentação da OCDE para falar em detalhes sobre a orientação de responsabilidade a todos. Infelizmente, a logística impediu isso, então não teremos a orientação da OCDE de questões sobre o que torna o ouro legítimo ou legal. Nem sempre precisa ser absolutamente formalizado, desde que as pessoas envolvidas busquem a formalização e procurem fazer a coisa certa.

A orientação de *due diligence* é focada principalmente em áreas de conflitos e de alto risco. E a origem dessas orientações foi essencialmente na África Central e na República Democrática do Congo, onde milhões de pessoas morreram em um conflito no qual os minerais desempenharam um papel fundamental. Mas também abordam questões de graves abusos dos direitos humanos e também a presença de crime organizado.

Portanto, algumas das coisas que ouvimos hoje sobre a situação em algumas áreas significariam que, sob a orientação de devida diligência, parte da produção precisaria ser capaz de afirmar que está sendo produzida de forma responsável. A falta de formalização e a incapacidade dos mineradores de pequena escala de cumprir com a diligência devida são fatores complicados que os excluem das refinarias convencionais e do mercado principal. Uma das coisas que precisamos fazer ao olhar para a formalização e para vários processos mais a montante (*upstream*) é como todos podemos trabalhar coletivamente para apoiar os requisitos de inteligência humana das ações a montante. Então, isso parece muito fácil quando não está fazendo.

Portanto, as três coisas que vou abordar hoje, o que o *Gold Council* está fazendo, é falar sobre algumas das parcerias em que estamos trabalhando para apoiar a formalização. Em segundo lugar, falar sobre a reforma da infraestrutura de processamento de ouro como um caminho para melhorar a legalidade e a devida diligência. E em terceiro lugar, refletir um pouco sobre a criação de redes de compradores responsáveis. E espero que você me perdoe por não ter dominado todas as complexidades do sistema de compra nas DTVMs no Brasil.

Falaremos sobre o papel dos bancos centrais. Em termos de parcerias, vocês verão aqui um relatório que produzimos em 2022, que analisa a relação entre mineradores de grande escala e mineradores de pequena escala. O que definimos nesse relatório de 2022 foi o que uma empresa de mineração de grande escala poderia fazer para apoiar a atuação dos mineradores de pequena escala. Vocês devem se lembrar de um livro que falava sobre vindo de Marte e de Vênus. Bem, é um pouco assim com mineradores de grande escala e mineradores de pequena escala. Eles não encontram automaticamente um terreno comum. Portanto, há questões de construção de confiança, envolvimento das partes interessadas que estão no centro da construção de relacionamentos e parcerias bem-sucedidas.

Mas para um mineiro de grande escala em muitas partes do mundo agora, uma das habilidades que eles precisam ter é a capacidade de trabalhar com mineiros de pequena escala, porque muitas vezes essa é a principal fonte de subsistência na área ao redor de suas operações. E se eles querem um relacionamento pacífico com essas comunidades, compreender a dinâmica em torno disso é muito importante. E o relatório em 25 estudos de caso diferentes analisou o que poderia ser feito por meio do fornecimento de treinamento de habilidades para o QGC fornecendo suporte em geologia, segurança, processamento e, de fato, propriedades, fornecendo suporte em habilidades básicas de negócios e administrativas. E investimento comunitário, contribuindo para apoiar o acesso a empréstimos para mineradores de pequena escala, para que eles não sejam imediatamente empurrados para o setor informal.

Em alguns países, quando o sistema legal varia de lugar para lugar, há oportunidades para mineradores de grande escala trabalharem em sistemas públicos, seja por subcontrato, que é um sistema que eles têm na Colômbia ou por meio de cessão de áreas de suas concessões que não são adequadas para mineração industrial, caso contrário, correm o risco de serem esterilizados porque estão dentro de uma concessão de mineração em grande escala.

Estamos realizando um trabalho com o Banco Mundial na África Ocidental, inicialmente em Gana, onde estamos trabalhando com o governo. Eles têm um relacionamento difícil com os mineradores de pequena escala. O país teve uma guerra civil na primeira década do século e grande parte da atividade rebelde foi financiada por mineradores. Então, eles adotaram uma abordagem muito punitiva. Essa abordagem punitiva, na verdade, não funcionou. E assim, dentro da Costa do Marfim, há provavelmente de 35 a 40 toneladas de ouro por ano que não são produzidas, simplesmente desaparecem. Por isso, o Banco Mundial e eu temos trabalhado com eles para estabelecer modelos de mineradores de pequena escala que sirvam de exemplo para os demais. Estou trabalhando com mineradores de grande escala para orientar mineradores de pequena escala responsáveis.

Também estamos atuando em vários países com o Planet Gold, ajudando-os a criar relações com mineradores de grande escala e com a *London Bullion Market Association* (LBMA), que regula as principais refinarias internacionais, estamos tentando encontrar caminhos pelos quais elas possam aumentar o volume de material proveniente de mineradores de pequena escala responsáveis para essas refinarias, o que exige apoio

em áreas como *due diligence*, suporte e garantia de que as pessoas foram formalizadas e podem estar do lado certo da lei.

Seguindo em frente, vamos falar sobre o pós-conferência. Conversamos muito no último dia e meio sobre Mercúrio. Está envenenando pessoas, peixes, água, solo e ar, e está criando um legado que, em muitos países, custará bilhões para ser eliminado. Além disso, é profundamente ineficiente.

Há várias outras alternativas, e sei que o Plano de Ação Nacional aborda essas questões, mas uma das alternativas é a cianetação, que pode alcançar até 90% de recuperação potencial. Isso não significa que estamos defendendo que muitos mineradores de pequena escala usem cianeto à beira dos rios, isso seria uma receita para o desastre. No entanto, se for possível criar plantas de processamento centralizadas e bem regulamentadas, o cianeto se torna uma opção viável. E, nesse processo, de repente você aumenta a quantidade de ouro que pode ser recuperada em mais de 100%. Isso gera um conjunto de valor que cria muitas oportunidades. Portanto, são oportunidades tanto como meios de subsistência, quedas negativas e também oportunidades para o governo.

Um dos problemas com a formalização, geralmente sabemos, é que quando você formaliza, você faz parte da economia legal, está sendo inspecionado de tempos em tempos, tem equipamentos de segurança adequados e obrigações ambientais. Isso tudo custa dinheiro, não acontece de graça. Portanto, essa é parte do desincentivo à formalização. Mas se você puder disponibilizar o grande aumento nas taxas de recuperação de ouro para essas comunidades, esse é um fator muito importante para mudar a dinâmica e os incentivos.

É claro que também reduz a microeconomia, particularmente se você conseguir impedir que os mineradores usem o grupo certo primeiro e depois levem seus materiais para serem separados, essa separação é o que o cianeto faz, e isso é inerentemente desastroso. A criação de polos de processamento também é uma oportunidade para o governo atuar com pensamento regulatório. E a súbita remodelação, estamos falando de várias centenas de minas locais, mas nenhum corpo de fiscalização normal conseguiria dar conta. Porém, é possível monitorar o que está sendo entregue nas plantas de processamento, quem está entregando, de onde vem, e garantir que o que está sendo entregue realmente vem dos locais declarados. Dessa forma dá uma oportunidade para o governo afirmar o controle regulatório e também fornecer serviços de apoio para os mineradores de pequena escala, no sentido de melhorar a compreensão deles sobre a geologia local, analisar suas práticas ambientais, avaliar questões de segurança e sabemos que em muitas minas de pequena escala o desempenho em segurança é praticamente ruim.

Assim, é possível criar pontos de compra do material, oportunidades para melhorias ambientais, regulamentação, mentoria e apoio. Também é possível criar financiamento para uma melhor fiscalização, bem como para a melhoria dos bens públicos. Agora, uma das coisas que o *World Gold Council* tem analisado é como poderia financiar uma



rede. Temos analisado globalmente e pensamos que pode ser necessária uma rede de mil centrais ou mais, se você estivesse tentando cobrir todos os países.

Se pudermos começar com alguns dos países com melhor capacidade, como o Brasil, e a economia da construção de usinas de processamento for bastante atrativa, uma possibilidade seria torná-las parcerias público-privadas. Assim, você traz investimento privado e algum dinheiro estatal, e o governo retém um grau de influência ou controle, como uma forma de proteção contra a infiltração do crime organizado. E certamente o *World Gold Council* está analisando a possibilidade de investir e fornecer capital inicial em projetos-piloto para estabelecer esse modelo de forma mais geral. Estamos cientes de alguns exemplos muito fortes disso no Peru, por exemplo, na Tanzânia, mas realmente precisamos ganhar grande impulso para fazer isso acontecer.

Os desafios incluem a dificuldade de fazer o projeto parecer tão bom quanto o personagem principal diz. Ele está falando sobre construir um estádio de beisebol. Construa e eles virão. E claro, com a Sra. Whitney-Kranz, você só terá pessoas trazendo o minério se houver pressão regulatória ou os incentivos certos. Mas se você oferecer o incentivo de taxas de recuperação massivamente melhoradas, conseguir construir confiança e oferecer suporte, acreditamos que este é um modelo sustentável.

E assim, passando para a terceira vertente, o Conselho Mundial do Ouro criou com um grupo de sete bancos centrais inicialmente, e há mais procurando participar, o grupo de bancos centrais que realizam a compra de ouro com a maior parte de seus recursos. Costumávamos relatar isso e dizíamos: se vocês estão fazendo isso, há alguns problemas. Por que não alinhar a política e usar seu poder de compra para incentivar os mineradores a se formalizarem, a abrirem mão do dinheiro informal e a garantir que haja bons padrões entre as pessoas de quem vocês estão comprando ouro?

Isso motivou em 2023 a criação desse grupo, o Banco Central Brasileiro faz parte dele. Mas o grupo vai desde as Filipinas, que têm um programa de compra do setor de pequena escala há 30 anos e compram várias toneladas por ano, até o extremo oeste, no Equador. A Tanzânia, acaba de conseguir comprar 10 toneladas em um ano de todo o seu conjunto de escalas. E aprendemos com a experiência deles o que é necessário para tornar esses programas de compra acessíveis.

Aprendemos como eles podem ser usados para interromper redes de comércio exploradoras que, ao mesmo tempo, vendem microexplosivos em um nível e depois pré-financiam tudo isso, como no outro, e canalizam ouro para reservas nacionais usando moeda local para criar um ativo em moeda forte ou para comprar e melhorar as práticas no nível do *site* e, em seguida, vender as mídias sociais com responsabilidade.

E há, claro, várias parcerias privadas. Falou-se sobre o comércio justo e da certificação de conformidade com normas de crise como outra forma de fazer isso. Há também uma série de mineradoras de grande escala, a *Calabagold* na Nicarágua, a *Mineros* na Colômbia, ou a *B2Gold*, que recebem o minério dos mineradores vizinhos pelos quais podem se responsabilizar e processam o material deles em suas instalações. E há, além da estrutura da LBMA (Associação do Mercado de Barras de Londres), ou do topo das

refinarias, a *Responsible Jewellery Council* (Conselho de Joalheria Responsável) e o *Responsible Minerals Initiative*, que abrange o setor de tecnologia. Essas também são formas de trazer material para o mercado principal.

O trabalho com as partes interessadas resultou na criação do que é chamado Princípios de Londres, não apenas por causa do Conselho Mundial do Ouro em Londres, mas porque as reuniões que adotaram os Princípios de Londres ocorreram em Londres. A ideia é que existam 12 princípios que esses programas de compra devem seguir. E há um processo de acreditação e auditoria para verificar isso. Eles cobrem, de fato, o bem-estar da comunidade, a redução do mercúrio, os processos de devida diligência, o princípio de melhoria progressiva, a organização, o ajuste dos incentivos corretos, e fizemos muito trabalho com os bancos sobre acertar o preço, apoiar e reforçar o Estado de Direito e combater o crime organizado, acessibilidade de programas de compra, acesso a finanças limpas porque um grande problema em muitos países é que os principais bancos comerciais não fornecem empréstimos em pequena escala porque há bandeiras vermelhas. Se você puder combinar planos de processamento com rastreabilidade, isso é um grande chute contra os requisitos de *due diligence*.

---

### Marina Ruete - Fórum Intergovernamental de Mineração, Minerais, Metais e Desenvolvimento Sustentável (IGF)

Vou falar sobre as práticas internacionais e as práticas em governança da mineração artesanal em pequena escala (MAPE) de ouro para nos tirar um pouco do Brasil e da prática global e focar no que outros países estão fazendo. Este é um setor com enorme potencial para empregos, meios de subsistência e desenvolvimento econômico, essa é a versão global da MAPE de ouro, mas também enfrenta desafios ambientais, sociais, de saúde, conflitos e reivindicações muito significativos.

Primeiro, vou apresentar brevemente o que é o IGF, porque acredito que quase ninguém sabe o que é o IGF, são pouquíssimos. E depois farei uma breve visão geral de como funciona a governança da mineração em escala global, mencionando alguns exemplos de países específicos que podem ser interessantes para vocês.

Primeiramente, uma visão geral, a MAPE sustenta dezenas de milhões de pessoas em todo o mundo. Estima-se que ela seja responsável por cerca de 18% a 20% da produção global de ouro, segundo o Conselho Global do IGF. Hoje, há progresso na geração de renda por meio da mineração em pequena escala, cerca de 20 milhões de mineradores em mais de 70 a 80 países dependem direta ou indiretamente dessa atividade. No entanto, a maior parte do setor opera informalmente, muitos mineradores estão fora dos marcos legais, sem acesso a financiamento, suporte técnico, proteção ambiental, garantias de saúde e mercados seguros. As principais preocupações incluem os impactos ambientais (poluição da água, uso de mercúrio), saúde e segurança dos mineradores, trabalho infantil, financeiros ilícitos e conflitos.

Aqui está o IGF, é um fórum intergovernamental como o próprio título diz, é composto por governos e uma secretaria, são 86 governos que fazem parte. Ele recebe seu nome desde 2002, é um dos primeiros fundadores, é uma iniciativa voluntária, ligada à segunda agência da ONU. Não somos parte da ONU, mas é uma iniciativa que começou dentro da ONU e é dedicada a alinhar a mineração com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Então, o que fazemos? Eventos e conferências (a reunião anual será em Genebra este ano). Também trabalhamos bastante com nossos membros, podemos fazer avaliações de país, comparações de boas práticas com as práticas de governança daquele país, tudo focado exclusivamente no governo. Fazemos capacitações, assistência técnica e temos muitos materiais escritos (guias para gestão de rejeitos, integração de mulheres, etc.) voltadas para os governos. Aqui estão os 86 membros, agora temos Quiribati, é uma pequena ilha da Oceania. Todos os países que você vê em vermelho são aqueles com os quais já trabalhamos na MAPE, seja na gestão da MAPE em nível regional ou nacional.

Então, como o IGF considera a MAPE? O IGF representa os governos. Os governos consideram que há seis pilares de ação:

1. O pilar legal, o poder minerador, uma política de mineração, instituições mineradoras.
2. Os benefícios financeiros e os impostos.
3. Também os benefícios socioeconômicos, o conteúdo local, as consultas públicas, o manejo e a gestão ambiental, o fechamento de minas.
4. E a MAPE é tratada separadamente, pois é um setor muito particular e diferente da mineração em grande escala.

Temos um programa de estrutura para todos os governos, com guias, relatórios, artigos, tudo está publicado e você pode consultar no *site*. Realizamos eventos e oferecemos assistência técnica. E aqui deixo para vocês, há muitíssimas publicações, muita capacitação, somente têm que pedir. Então, o ministério, o ponto focal é o ministério, tem que solicitar uma assistência técnica, uma capacitação, e nós enviamos alguém para essa capacitação.

Então vamos para o nível global para entender como é vista a governança da MAPE. Os países enxergam a governança da MAPE como atividades que devem estar inseridas no sistema jurídico, essa é toda a parte legal e também no sistema econômico. Separadamente, há a proteção social e ambiental na mineração de pequena escala, que são particulares e diferentes da mineração em grande escala.

Fizemos muitas avaliações em países que consideram os seis pilares (leis, parte financeira, socioeconômica, ambiental, tratamento e também a matemática separadamente). Esses são 14 países deste primeiro levantamento, no ano seguinte serão entregues outros seis países, totalizando 20. Mas já podemos ver globalmente como está a governança. Em geral, no mundo, os países têm leis mineradoras, instituições mineradoras, mas quando vamos à prática, à implementação, se olharmos



para a MAPE, ela tem uma implementação muito baixa de boas práticas, apenas 4% de implementação nos países. Isso quer dizer que a governança é muito fraca, em geral, na MAPE. É muito difícil, é complexa. Isso para que vocês não se sintam sozinhos quando a governança não está onde deveria estar.

Então, aqui pudemos desagregar por região, então vocês veem a Ásia, a África, e a América Latina que somos nós. A parte em azul-claro é a MAPE. Se olharmos para a Ásia, a MAPE tem também 35% de cumprimento com melhores práticas, depois a África, e por último, a região latino-americana. Não estamos indo bem, mas mais uma vez, o acompanhamento da região é muito complexo, governar a MAPE nessa região é difícil.

Então, entrando um pouco mais no pilar 6 da MAPE e suas atividades, o que significa integrar as atividades da MAPE ao sistema legal? Significa que a MAPE deveria ter um marco legal, deveria ter suporte e apoio do governo e também suporte às diversas agências do governo, e também deveria haver uma estratégia de formalização. Isso é o que chamamos de boa prática, não é prática média, é boa prática no mundo.

Na integração da MAPE no sistema econômico, é básico ter a informação geológica para que os mineradores e os garimpeiros saibam aonde ir em suas operações e tenham um mapeamento, ajudá-los com financiamento, com um sistema tributário que seja adequado à MAPE e diferente da mineração em grande escala. As iniciativas de comércio justo (*Fair Trade*), a rastreabilidade em geral, fazem parte da governança dos países. E essa colaboração que o Edward está promovendo entre mineração de grande escala e pequena escala é sempre muito produtiva, embora em muitos países seja um conflito. O governo precisa estar presente nessa relação entre grande e pequena escala.

E por fim, a última parte da governança é muito importante, a redução dos impactos ambientais e sociais. É muito comum que, diferente da mineração em grande escala, o governo esteja envolvido no treinamento dos mineradores. Treinamento em produtividade, sobre como mitigar os impactos ambientais, em como cuidar da água, como evitar o desmatamento, como evitar o uso do mercúrio, ajudar nas questões trabalhistas e de saúde, isso é muito diferente da mineração em grande escala. O governo está muito presente na MAPE, ou deveria estar muito presente na MAPE, porque, como foi dito antes, é uma relação entre dois lados. Aqui não há mais uma grande empresa com seus próprios padrões, é o governo junto com os mineradores. E então é normal encontrar ou é uma boa prática da dissidência dos governos, encontrar programas sobre educação e sobre saúde, para garantir que não haja crianças nas minas e também prestar atenção especial onde as mulheres estão nas minas na MAPE. Essas são as boas práticas consideradas pelos 86 governos do IGF.

Em 2017, o IGF elaborou um guia para o Estado sobre a mineração de ouro, que trata basicamente da formalização, mas uma formalização entendida como licenciamento, apoio aos mineradores, monitoramento desse licenciamento e desse apoio, além da aplicação da lei, da revisão contínua das estratégias de formalização, porque a estratégia de formalização de hoje é muito diferente da do próximo ano e é muito diferente da do próximo ano, porque é um setor que evolui muito rapidamente, é dinâmico. Por isso é muito cíclico, você começa com uma estratégia de formalização e

precisa monitorá-la, garantir que ela seja implementada, revisá-la e que esteja atualizada.

Queria mostrar que em 2019, em Brasília, foi feita uma estratégia de mineração, existe uma estratégia de mineração com uma visão especial de Brasília. Havia representantes da sociedade civil, representantes de diferentes agências do governo, representantes de diversas cooperativas, como de Peixoto, de Laurenço, de Tapajós, da organização de cooperativas brasileira, da sociedade civil, da ONU. Nós trabalhamos durante uma semana em uma visão e depois dessa visão nos certificamos de que havia uma execução, porque uma visão sem execução é alucinação.

Fomos até o local de cada uma das atividades e eu queria compartilhar a visão que tínhamos antes, isso é para explicar-lhes uma parte, para dar uma visão. Pede-se que o grupo analise quais são as práticas da Mape e o que se vê todos os dias, e depois essas práticas são divididas em boas práticas, más práticas e práticas inaceitáveis. E isso é feito assim porque as práticas inaceitáveis são as primeiras que devem ser atacadas. Então, por exemplo, a utilização de crianças na Mape, isso é inaceitável, é a primeira coisa que deve ser atacada. Mas depois há outras práticas que podem ser melhoradas, como o uso de trabalhadores informais, isso é uma má prática que pode ser melhorado sem ter que proibir ou fechar uma mina. E depois há práticas que se quer incentivar, por exemplo, o cooperativismo.

E com essa ideia de muitas práticas e quais são as práticas que o governo e o grupo queriam impulsionar, e quais são as que quer melhorar e proibir, pode-se montar uma visão. O Brasil teve sua visão em 2019 que dizia, a visão para a Mape do Brasil é uma Mape legal em áreas que permitam a mineração, estamos obviamente falando de áreas autorizadas, que haja respeito à saúde e segurança do trabalhador, que atue de forma organizada, com cooperativismo, sustentável e com práticas comerciais justas. Trouxemos todos os temas de vida e de comercialização, buscando o aproveitamento mineral sustentável e a eliminação do uso de mercúrio. Me lembro da eliminação ou outra palavra de mercúrio, que foi decidido, em um ambiente que valoriza a dignidade humana, a igualdade de gênero, que evita a corrupção, que prevê o diálogo e que reconhece o papel histórico e cultural das atividades e de sua força de trabalho.

Então eu queria trazê-la para que reajam seis anos depois e se progrediram. Também foram definidas diferentes estratégias. Depois dessa visão, foram elaboradas estratégias específicas para diferentes pilotos ou regiões. Só para contar que havia práticas, estudavam-se os impactos de cada uma dessas práticas, os resultados esperados, em que tempo, quando, quem eram as diferentes organizações que deveriam estar envolvidas e qual era o orçamento previsto. Esta é a parte mais difícil, transformar a visão em execução, para que a visão não seja apenas uma ilusão. Essa é a parte realmente difícil.

Para encerrar, quais são os desafios? Globalmente, é possível mencionar algumas práticas. Nenhum modelo é perfeito no mundo. Os modelos de cada país são diferentes e muito específicos. A formalização pode excluir atores, seja por exigências muito altas ou por processos muito complexos. Isso é algo que precisa ser considerado, e é um



aprendizado global. Frequentemente, é fraca no mundo. As operações são geralmente remotas e informais, difíceis de monitorar. Os recursos financeiros dos países são limitados. É necessário equilibrar o apoio com medidas práticas, como a promoção de atividades legais de mineração e causas relacionadas. A transição de métodos baseados em mercúrio para tecnologias mais limpas pode ser lenta, ou encontrar resistência por razões econômicas ou técnicas. Isso acho que falamos e é normal encontrar em todos os países. E, por fim, as questões de gênero e equidade são importantes, porque as mulheres frequentemente enfrentam barreiras de acesso, barreiras à terra, ao financiamento ou à sua voz em geral, especialmente no setor de mineração em pequena escala.

Então, quais são as recomendações para os governos em geral? Para passar de um princípio à prática, sugerimos as seguintes recomendações que vêm de práticas globais.

1. Primeiro, adotar uma estratégia nacional, é muito importante ter uma, mas, tem que estar sustentada por legislação, com regras claras de licenciamento, autorização e incluir vias de formalização.
2. Segundo, alinhar com as normas internacionais de *due diligence* e rastreabilidade.
3. Terceiro, fortalecer os regulamentos ambientais, de desenvolvimento e segurança, com atenção especial ao mercúrio, rejeitos, água e exposição. Esses são fatores críticos dos impactos ambientais e sociais, e devem receber toda a atenção.
4. É necessário construir mecanismos de governança inclusivos, isto é muito importante. É preciso incluir os mineradores nas decisões, inclusive as mulheres, na formulação dessas políticas, senão as políticas são vazias, não descem, é preciso trazer as autoridades locais e esta é uma muito boa prática que tem sido feita em Gana, hoje em dia grande parte da execução foi transferida para cada uma das regiões e em Honduras também foram feitas e são dois países que estão a avançar muito fortemente ao ter descentralizado a implementação das políticas da MAPE. Também é necessário utilizar cooperativas e associações para ajudar na representação.
5. Fornecer apoio econômico e técnico é muito importante, facilitar o acesso ao financiamento, à tecnologia e ao treinamento. Subsídios ou incentivos para novas práticas, como alternativas ao mercúrio, são necessários. Essa é a realidade, sem recursos financeiros e humanos, não se chega a lugar nenhum.
6. É preciso bons sistemas de monitoramento, de dados, de transparência e de reclamação, dotados sobre produção, meio ambiente, impacto social, verificação, rastreabilidade, isto para garantir auditorias e também a supervisão.
7. Por fim, implementar projetos-piloto e escalonamentos. O comum e o bem-sucedido começa por uma pequena região e depois se expande para uma ou duas regiões, e assim por diante. Essa é uma prática internacional muito eficaz.

E por último, em conclusão, a MAPE de ouro apresenta grandes riscos e grandes oportunidades, mas quando devidamente regulamentada, pode proporcionar meios de subsistência sustentáveis, maior equidade, bons resultados ambientais e contribuir para os objetivos econômicos nacionais. As melhores práticas estão bem

documentadas pela OCDE, há muitas que você pode ler e aplicar. Mas a implementação não é trivial. Os governos precisam de vontade política, sem vontade política, tudo fica apenas em um *workshop*. É necessário haver recursos financeiros e humanos, coordenação entre ministérios, mineração, meio ambiente, saúde, finanças, bancos centrais, tudo o que discutimos. Também há outros atores não governamentais que são essenciais, especialmente os mineradores. Se conseguirmos ampliar o que funciona, incorporar transparência e responsabilidade, e garantir que a MAPE de ouro esteja integrada às cadeias de abastecimento legais, social e ambientalmente responsáveis, então o setor poderá ser transformado de um setor de risco para um setor de pura oportunidade.

---

### Luís Mauro Gomes Ferreira – Gerente de Combate à Atividade Não Autorizada, ANM

E eu venho aqui como dois lados: o lado de chefe de projeto que está trabalhando uma nova resolução para o regime de PLG (aprimorando um regime legal, constitucional, de aproveitamento daquele pequeno depósito que está visível e de fácil acesso e aproveitamento rápido) e por outro lado, assumi no mês passado, dia 12 de agosto, a gerência de combate à atividade mineral não autorizada. Então eu represento aqui também o lado que vai trabalhar fortemente para que a mineração não seja contaminada pela atividade, pela lavra ilegal. Então isso é muito importante, eu vou apresentar aqui as duas coisas e nós vamos visualizar como está se comportando essas duas coisas.

Em primeiro lugar, lembrar que o bem mineral é um bem comum. Como teorizou no passado, Santo Agostinho, bem comum é aquilo que a todos apetece, todos querem. Além disso, nós temos também o nosso meio ambiente, que também é bem comum, nós temos a nossa água, nossas florestas também são bem comuns.

E nós temos na nossa Amazônia, que é o foco da nossa preocupação atualmente, nós temos o zoneamento que foi promovido pelo Estado, estão ali representadas unidades de conservação, terras indígenas e algumas áreas específicas que foram passadas para aproveitamento mineral, especificamente para o regime de PLG. Então nós temos aqui para vocês terem ideia do tamanho da nossa preocupação e do nosso trabalho, a província mineral do Tapajós, que é uma das principais produtoras de ouro no país, ela tem o tamanho de Portugal, e a maior unidade de conservação e proteção integral que é a Grão Pará tem o tamanho da Suíça. Então, são porções do território muito grandes e nós temos que coordenadamente, o Ministério do Meio Ambiente, a Agência Nacional de Mineração, IBAMA, ICMBio, a Receita Federal e diversos outros órgãos, para trabalhar em conjunto para desenvolver a atividade legal e coibir a atividade ilegal.

Além disso, mostrando para vocês o nosso universo de trabalho dentro da Amazônia. Aí são os diversos títulos minerários em diversas fases, desde requerimento até concessões de lavra, percorrendo todo esse caminho permitido dentro das áreas possíveis de se trabalhar na Amazônia. Isso representa para vocês o desejo da indústria

mineral, que é aquilo que é buscado dentro do universo da mineração. Em primeiro lugar está o ouro, como vocês podem ver ali na faixa em azul, é o bem mais procurado dentro dos requerimentos na Amazônia Legal Brasileira, que representa cerca de 60 % do território nacional, ou seja, 5 milhões de quilômetros quadrados.

Na visão da sociedade, nós temos vários aspectos que estão levantados a respeito da questão do ouro, da responsabilidade da mineração e por aí vai, nós temos esses diversos pensamentos que vão focando, vão dizendo o que a sociedade deseja. E aí está uma representação simples mas bem clara daquilo que a sociedade pede para a agência trabalhar e a agência executar, que é fiscalizar, ter responsabilidade, responder a sociedade, e o ouro está sendo o foco dessa pauta.

Na nossa atividade normal, nós temos a nossa fiscalização tanto para atividade legal quanto para atividade ilegal. E na atividade ilegal, nós temos que somar esforço. Ali aquele quebra-cabeças mostra a questão da junção de peças, ou seja, todos esses órgãos que se reuniram aqui hoje e ontem e devem se reunir sempre para conjugar esforços, trabalhar em conjunto, troca de informações, bancos de dados, enfim, ações que realmente tragam benefício para o setor mineral e para a sociedade.

Eu montei esse esquema que representa tanto o caminho da atividade legal quanto o da atividade ilegal, nesse emaranhado de coisas que vão levar tanto a legalidade quanto a ilegalidade. Nós trabalhamos para evitar que a mineração ilegal produza esses efeitos negativos. Eu listei 30, aqui só tem a metade, no próximo vocês verão as outras consequências, então são muito graves. Então essa luta, essa força de se trabalhar para um combate à atividade ilegal é para coibir todos esses efeitos negativos que trazem a atividade ilegal, que trazem essa extração ilegal, então vocês veem que são enormes os nossos desafios. Os nossos eu falo de todos os órgãos que trabalham, é o Estado Brasileiro no combate a essa atividade.

Já voltando então a minha atividade de elaboração de uma regulação aprimorada, uma regulação moderna, uma regulação que responda a sociedade, ao próprio setor aquilo que ela espera, que as duas esperam. O setor espera e a sociedade espera de uma atividade que tem uma representação bastante forte dentro do Brasil, que é a permissão de lavra garimpeira, o garimpo. Então, nós levantamos desse estudo que foi feito diversos pontos que devem estudados e aprimorados. Então essa é a árvore de problemas da PLG e com isso nós buscamos então uma solução.

Uma das soluções encontradas, que já foi descartada desse processo regulatório, que é um processo amplamente divulgado, publicamente divulgado e ainda vai passar por consulta pública, ou seja, nada na ANM é feito sem transparência e sem consulta à sociedade, tudo é feito desta forma. Todo processo regulatório precisa e necessita da aceitação e da validação da sociedade.

Justificando algumas coisas dessa área de problema, foi publicada a resolução 208, que foi trazida aqui como um benefício em algumas áreas e prejuízo em outros para o setor e isso nós estamos trabalhando, mas é uma resolução que trouxe, já é fruto desse trabalho. Como é fruto desse trabalho, alguns pontos que estão apontados aí, o verde,



o que está em verde já foi contemplado pela resolução 208, mas nós temos outros pontos que ainda vão ser trabalhados e vão ser aprimorados na resolução, como por exemplo a obrigatoriedade da apresentação de um plano de lavra, já que o regime de PLG ele prescinde, ele não necessita *a priori* de um plano de pesquisa ou de uma pesquisa mineral, mas nós podemos obrigar a ter um plano de lavra para que possamos atender a outras resoluções, outros regramentos do setor mineral que se impõe, por exemplo, o fechamento de mina. O fechamento de mina é um processo que é além da recuperação ambiental, então é um processo muito mais amplo, poucos entendem isso, mas a recuperação ambiental é um processo dentro do fechamento de mina. Então é uma construção que nós vamos fazer para atender as próprias imposições da legislação da sociedade brasileira, que deve ser aplicada também ao regime de PLG, a garantia de presença de critérios técnicos, nós precisamos saber onde é produzido o ouro, foi bem pautado aqui também pela Larissa, porque isso é muito importante para nós, de arrefecimento da frente de lavra, a quantidade de produto mineral que é produzido naquela frente de lavra, então isso nós precisamos ter, um conhecimento básico para direcionar toda a gestão do setor no Brasil.

Além disso, cadastro de cooperados e parceiros vinculados, isso é muito importante, nós precisamos saber quem produz e como o ouro ou como qualquer bem proveniente de PLG é transacionado dentro da cadeia de negócio normal, mais clareza nas operações, aplicação do fechamento de mina, que eu já mencionei que é fundamental e um balanço do uso do mercúrio. A nossa intenção realmente é caminhar para a abolição do uso do mercúrio, é o nosso projeto, é um projeto de país, com isso nós vamos trabalhar também fortemente dentro dessa resolução.

E com essa visão da resolução que nós fomos pensando, nós fomos num ciclo de projeto de mineração normal, o o que nós temos aliás dentro do universo da PLG, é o que está entre as barras vermelhas. Com a resolução, nós vamos ampliar então o espectro de responsabilidade e tecnicidade do regime de PLG para que ele possa ter dentro do negócio em si o apoio financeiro que precisa ter, é o aporte, o financiamento, então isso é muito importante, só com essa ampliação de responsabilidades e de garantias de produção e tudo mais, nós podemos ter então uma forma de garantir que haja um aporte de dinheiro, aporte do financiamento das atividades e ela se torne realmente uma atividade econômica sem necessidade de financiamento próprio.

Aí só um exemplo, nós temos uma atividade totalmente bagunçada como se diz em português, irregular e para uma atividade totalmente orientada nas melhores técnicas, com o uso de maquinário apropriado, com uso de energia renovável, nós precisamos disso no regime de energia. Eu não vou discorrer aqui sobre o que eu acho ou não acho da divisão de regímenes no Brasil, mas é o que nós temos, nós temos uma divisão de regímenes de aproveitamento mineral no Brasil e ele é particular a cada tipologia de bens minerais, isso aí podemos mudar no futuro, mas é o que temos agora, então precisamos ter uma modernização desse regime que é muito importante na sociedade brasileira.